



Os 90 anos da Santa Casa da Misericórdia

Manuel Pais Vieira Júnior

A pedra de roseta da "nova era da solidariedade social"

Um Provedor maior

A personalidade biografada neste artigo, Manuel Pais Vieira Júnior, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia durante 36 ininterruptos anos, entre 10 de Março de 1963 e 31 de Dezembro de 1998, liderando sucessivamente 12 equipas de mesários, percurso a que se adicionam outros 9 anos de exercício dos cargos de mordomo e de secretário, tendo sido empossado pela primeira vez na Mesa Administrativa em 2 de Janeiro de 1954, na primeira provedoria de Benjamim Valente da Silva. Uma presença de 45 anos na Mesa Administrativa de uma instituição que acaba de perfazer 90 anos justificaria por si a indispensabilidade da referência. Todavia, a obra social legada por Manuel Pais Vieira Júnior é de tal grandeza que a Misericórdia seria hoje irreconhecível sem os marcos da sua gestão. O valoroso desempenho da provedoria confirmou cabalmente "os dotes de inteligência e aplicação às causas locais" que a edição de "O Regional" lhe antevia, no perfil publicado em 27 de Janeiro de 1963, tornando o título de benemérito que a Irmandade lhe reconhece em 29 de Março de 1999, "uma singela homenagem à sua devoção à causa da solidariedade social, (...) um justo e agradecido reconhecimento pelos inestimáveis serviços que prestou à Misericórdia (...) (repercutido) em anos de contínuo crescimento (da Irmandade), dotando-a de diversas valências sociais que alcandoraram a Misericórdia a um lugar cimeiro entre as congéneres (...)." A fundamentação estatutária desta declaração de benemerência, a prestação de relevantes e continuados serviços à Irmandade, encontra em Manuel Pais Vieira Júnior a perfeita e paradigmática personificação.

O homem certo, no lugar certo, no tempo certo

Manuel Pais Vieira Júnior foi um Provedor maior, atributo que todavia o próprio não antecipou sobre si, tão distante se via do "Provedor ideal, que reconhecíamos como personagem de idade provecta, na linha do primeiro Provedor Oliveira Júnior, dispondo de meios e de tempo, voltado inteiramente para a prática do bem e da caridade", como adianta no seu livro sobre a história da Misericórdia sanjoanense. Mas a titulação dada à síntese biográfica de Oliveira Júnior, "O homem certo, no lugar certo, no tempo certo", poderia constituir epígrafe partilhada, com propósito e sem dolo, por Manuel Pais Vieira Júnior, tratando-se embora de personalidades reconhecidamente diferentes no perfil e no temperamento. Primeiramente, Manuel Pais Vieira Júnior assume a provedoria sendo ainda um homem novo, acabado de completar os 50 anos de idade, promovendo assim a renovação geracional no órgão de gestão da Irmandade, renovação sapientemente orientada por um princípio ainda hoje de sensata observância, a do "acesso à chefia de alguém não alheio às tarefas em curso e às que se avizinham", como o próprio reproduz no seu livro. Depois, porque Manuel Pais Vieira Júnior assume-se como gestor e arquitecto da Misericórdia que nasce num país em transição, onde os desafios secularmente colocados a estas instituições se alteram abruptamente com a criação do Estado Social que a revolução de Abril de

1974 tentou, regime que nacionaliza a gestão dos hospitais, secundariza o papel das Misericórdias na área da Saúde, e reorienta o seu lugar para a Acção Social. O Provedor Manuel Pais Vieira Júnior enfrenta com assinalável bom êxito este mundo em mudança.

Um mundo em mudança

Manuel Pais Vieira Júnior nasce a 25 de Fevereiro de 1913, filho de um casal de agricultores, o benjamim numa fratria de oito irmãos. Com o Benemérito Instituidor, Luiz Ribeiro, partilha o ano de 1913 como marco biográfico (de nascimento para um e de passamento para outro), e o lugar da Quintã, como berço. A sua vida prolonga-se por 97 anos, até 5 de Abril de 2010, período temporal cuja dimensão esclarece

Júnior foi actor e testemunha privilegiada do percurso percorrido.

Anos primevos: a emigração para o Brasil e o regresso

Apesar dos propósitos programáticos da I República, Manuel Pais Vieira Júnior é um homem com difícil acesso à instrução, não frequentando além da quinta classe, complementada com estudos de francês. A competência escrita e cultural que os coevos posteriormente lhe conhecem foi conquistada com autodidático esforço, alicerçada em aptidões intelectuais naturais. A exemplo de muitos contemporâneos trilha os passos da emigração para o Brasil almejando recursos para uma vida melhor, ali aportando a Belém,

ao Brasil, onde ainda o esperava a chefia do escritório, aceitando a proposta do sogro para se juntar à empresa como responsável pelo sector da contabilidade e exportação.

Um inexcelável espírito bairrista

Integra-se plenamente na vida sanjoanense participando em muitas das realizações da sociedade civil, quase sempre em lugar destacado, sendo unanimemente tido por pessoa responsável, dinâmica e de inatacável honestidade. Assume responsabilidades (vice-presidente) na comissão de obras constituída para a construção do campo e bancadas do futuro estádio Conde Dias Garcia. Com a indigitação do Dr. Renato Araújo para a presidência da Câmara Municipal, é chamado a vereador, lugar que ocupa durante um mandato e que não aceita prolongar. Colaborou na resolução do problema da Pensão Sanjoanense, na vinda da FORJAL, do Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, na construção do edifício SAJOMA, e em diversos outros empreendimentos. Profissionalmente foi Vice-Presidente do Grémio do Calçado, representando o sector em feiras no estrangeiro e destacando-se na reorganização desta indústria. A edição do Boletim Municipal de Outubro de 2002 refere "um inexcelável espírito bairrista que o acompanhou desde os bancos da escola".

O início da provedoria: concluir a obra que foi de três provedores

Manuel Pais Vieira Júnior integrou ambas as Mesas Administrativas lideradas por Benjamim Valente da Silva e esteve na única encabeçada por Manuel Luís Leite Júnior. Quando em Março de 1963 assume a provedoria, com o unânime apoio dos seus pares, o grande desafio da Irmandade era o de concluir a edificação (as obras haviam arrancado em Março de 1961) e o apetrechamento do hospital novo, tarefa maior por escassearem os recursos e o grande angariador da subscrição em curso, Leite Júnior, se encontrar doente. Manuel Pais Vieira Júnior, que já acompanhava a edificação na qualidade de secretário, empenha no acompanhamento desta obra a maior atenção pois, como reconhece no seu livro, "a Instituição, na sua modéstia, não dispunha de quadros sobre quem pudesse delegar contactos e incumbências". As primeiras deliberações, tomadas até Outubro de 1966, versam concursos, adjudicações e a negociação de subsídios, avultando ainda a prossecução da subscrição pública, a recepção do legado de Crispim Borges de Castro e de António Luís da Costa, e o acordo com a Previdência e a Direcção Geral dos Hospitais, fundamental para o funcionamento do hospital. Em 25 Outubro de 1966, o novo Hospital, com o estatuto de sub-regional, é oficialmente inaugurado ante a presença do Presidente da República, Almirante Américo Tomás, e dos Ministros das Obras Públicas e da Saúde, Eng. Arantes e Oliveira e Dr. Neto Carvalho, entre outras autoridades civis, militares e religiosas. Obra de três Provedores, o novo hospital é elogiado pelo Ministro da Saúde como "exemplo notável de iniciativa e capacidade realizadora (da



a quantidade de desafios enfrentados. Nasce num país agitado pelas vicissitudes da I República, quando S. João da Madeira era ainda uma aldeia com cerca de 3.900 habitantes, freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis, a atravessar a industrialização sobretudo pela chapelaria, e a Santa Casa não existia. S. João da Madeira era ainda terra de morgadio e Manuel Pais Vieira Júnior recordava-se de seu pai ter remido direitos de feudo que vinham de tempos imemoriais... No fim do seu percurso de vida, S. João da Madeira era já cidade, com cerca de 22 mil habitantes, o centro urbano de um território significativamente mais vasto que o confinar concelho prediria, dedicada à indústria e aos serviços, e emancipada enquanto município. O crescimento da Misericórdia acompanhou a cidade, desenvolvendo já mais de 15 respostas sociais e empregando para cima de 200 colaboradores. Manuel Pais Vieira

no nordeste brasileiro, capital do estado do Pará, nos princípios de 1930, com 17 anos. Emprega-se no escritório de uma empresa de navegação e comércio de géneros para o interior do rio Amazonas e, ao fim de um ano de permanência, em reconhecimento da capacidade de trabalho e dos conhecimentos técnicos que evidencia, o seu empregador, Manuel Nicolau, popularmente conhecido como "Rei da Farinha", entrega-lhe a chefia do escritório. Aí permanece até 1941, ano em que regressa à terra natal para contrair matrimónio com Estrela Maria Vieira Araújo, filha do importante industrial e futuro Presidente da Câmara Municipal local, Manoel Vieira Araújo. Logo de seguida enfrenta uma sinusite aguda, condição que o obriga a duas intervenções cirúrgicas e o faz permanecer em Portugal durante largos meses. Debelado o constrangimento de saúde, desiste de regressar com a esposa

população local) (sendo de prever) que continue a utilizar essa extraordinária vitalidade com a sua Misericórdia, em aspectos tão importantes do desenvolvimento da região, como seja a protecção da Saúde". Palavras premonitórias! Concluída a transferência de serviços do velho hospital para a novel unidade, começou a Mesa Administrativa, em 1968, a ponderar a ampliação da capacidade de internamento.

Prenúncio de mudança: a dissensão com os médicos

No fim do ano de 1966, um abaixo-assinado subscrito por todos os médicos do hospital à excepção do Dr. Nicolau da Costa e do Dr. Manuel Pinho, endereçado ao Ministro da Saúde e Assistência, visando a redistribuição dos honorários do pessoal clínico, denuncia a difícil relação com esta classe profissional, traduzida no prolongamento do litígio pelos anos subsequentes culminando na declaração de autogestão em Maio de 1974, antecipando e forçando a nacionalização da gestão dos hospitais das Misericórdias, em Dezembro de 1974. O abaixo-assinado de 1966 tem eco na comunicação social local e regional, leva à reiteração da demissão do director clínico, Dr. Melo Tavares, a contenciosos judiciais, e à profunda remodelação do corpo clínico do hospital. O litígio é parcialmente superado em 1969 com a confirmação da irrecorribilidade judicial das deliberações da Mesa Administrativa pelo Supremo Tribunal Administrativo, por aquela ter agido dentro das suas atribuições. O afã do Provedor orientou-se então para a ampliação do hospital, desdobrado em duas fases, que elevariam a capacidade de internamento acima das 200 camas. A primeira encetou obra em 1972 (ano em que o hospital é elevado à categoria de distrital), e é concluída em 1974, mas a segunda fase nunca veio a suceder. Não obstante, um diferendo sobre os honorários persistia em 1974, dissensão exacerbada pelo ambiente revolucionário subsequente ao 25 de Abril, que levou alguns médicos a convocarem e liderar assembleias-gerais de trabalhadores que, na prática, colocaram em autogestão (dizia-se em "co-gestão") a unidade hospitalar. O decreto-lei n.º 618/75, de 11 de Novembro, nacionaliza de jure a respectiva gestão e a actividade da Misericórdia confina-se ao Lar Santo António para Jovens, ao Abrigo Infantil das Laranjeiras (com 34 crianças) e à Casa de Repouso São Manuel (com 16 idosas).

O antes e o depois: o ano de 1974 como charneira na história da Misericórdia

O ano de 1974 é, pois, charneira na história da Misericórdia. Há um antes e um depois. E a transferência da gestão do hospital é o eixo onde assenta esta mudança histórica. Manuel Pais Vieira Júnior não se opõe à integração do hospital numa rede hospitalar nacional somente dependente do Ministério da Saúde, certo de que a disputa seria quixotesca, em contramão dos ventos revolucionários dominantes. Tão-pouco a sua gestão é contestada ou censurada pelos Irmãos, mesmo quando depõe o mandato nas mãos do Presidente da Mesa da Assembleia-geral, em reunião magna de 11 de Junho de 1974. Todavia, uma parte dos trabalhadores do hospital (que exclui 44 colaboradores, entre eles 7 médicos), à margem de qualquer legitimidade estatutária ou regulamentar, mas caucionada pela autoridades da época, elege novos órgãos de gestão para o hospital, exige um inquérito administrativo à gestão da Mesa Administrativa, órgão social sobre quem pronuncia um voto de desconfiança. Manuel Pais Vieira Júnior percebe a irracionalidade do tempo e centra a preocupação no essencial: salvaguardar o funcionamento do hospital, das valências de apoio à infância e aos idosos que permanecem sob alçada da Misericórdia, e defender o património da instituição. Estas urgências encimam o diálogo com a Comissão Instaladora nomeada no hospital.

A grande viragem: altera-se a Missão permanecem os Valores

Com a Comissão Instaladora acorda o apoio da secretaria hospitalar ao funcionamento das demais valências sociais, a assunção por esta da responsabilidade pelos resultados das contas de 1974, não encerradas, bem como dos pagamentos a fazer, incluindo a funcionários. Esclarecida a articulação, Manuel Pais Vieira Júnior de imediato recupera uma ambição antiga, a de acomodar condignamente e em instalações próprias, "os velhos e crianças carentes, (preocupação) tantas vezes presente nas reuniões da Mesa (que) só não tinha sido posta em prática pela única razão de o hospital ter avocado sempre a prioridade", como confessa no seu livro. Esta ambição escorrega, ainda, na orientação da tutela, expressa em reuniões diversas, designadamente pela Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, Eng.ª Maria de Lourdes Pintassilgo, e pelo

Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Galhordas. Essa orientação é confirmada na primeira versão legislativa do estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, (reconhecimento doravante denominativo das Santas Casas, substituindo o estatuto de instituições de utilidade pública administrativa), publicada em 1979, que identifica por Missão das Misericórdias, exclusivamente, a área da assistência, agora integrada na Segurança Social. As primeiras diligências de Manuel Pais Vieira Júnior junto da administração pública sucedem em 1975 e, apesar de frustradas, não impedem a Mesa Administrativa de instar (e suceder) pelo apoio da autarquia à instalação de um Centro de Assistência à 3ª Idade, cedendo gratuitamente um terreno, ou de contratar o arquitecto Moreira da Costa, para gizar os estudos do futuro edifício. Assim estaria a Misericórdia preparada para submeter uma candidatura, logo que a oportunidade surgisse. Esta apareceu em fins de 1975, com um despacho da Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais que estabelece um programa de criação de Centros de Dia, âmbito onde a edificação do Lar de Idosos se ajustava. O projecto de arquitectura foi concluído em fins de 1976, a empreitada foi adjudicada em fins de 1977, e a recepção provisória da obra dá-se em fins de 1981, recebendo os primeiros residentes. O equipamento, hoje reconhecido como Lar de Idosos "S. Manuel", é inaugurado em 1982, marcando a abertura de uma "nova era da solidariedade social" na Santa Casa.

A Idade de Ouro: a infrene expansão da actividade da Misericórdia

Seguem-se, entre 1982 e 1998, mais de 15 anos de intensíssimo e inaudito crescimento da actividade da Misericórdia. Vejamos: ao Lar de Idosos sucede a empreitada das novas instalações do Abrigo Infantil das Laranjeiras, equipamento que absorve uma Creche e o ensino pré-escolar, e implantado numa parcela de terreno cedida pela autarquia, aberto ao público em 1984. Depois, em 1989, lança-se na edificação de um segundo Lar de Idosos, denominado Casa de Repouso, dirigido a pessoas socialmente vulneráveis mas economicamente solventes, aberto em 1990 e ampliado em 1995. Também em 1990 lança o erigir do Centro de Acolhimento Temporário, no âmbito de um protocolo tripartido com os Ministérios da Justiça e da Segurança Social, e a autarquia, valência cujo funcionamento se inicia em 1992 com a integração de 30 menores. Ainda em 1990, firma um acordo de gestão com a Segurança

Social que transfere para a Misericórdia a administração do Centro Infantil, equipamento que soma outra Creche e outra valência de ensino pré-escolar à actividade social da instituição. Entrementes, Manuel Pais Vieira Júnior não ignora o paulatino, mas inexorável, diluir da actividade hospitalar: pugna pela recuperação da maternidade, oferece à tutela apoio para a ampliação da capacidade de internamento, considera a negociação do respectivo retorno à gestão da Misericórdia, e colabora positivamente nos diversos pedidos de remodelação e beneficiação, da urgência ao bloco operatório.

A pedra de roseta da "nova era da solidariedade social"

Na opinião de José Manuel Bastos, publicada na edição de "O Regional" de 11 de Dezembro de 1999, Manuel Pais Vieira Júnior "pertence a uma geração de ouro de sanjoanenses, (cuja) biografia se confunde com o percurso da epopeia sanjoanense (...) do progresso municipal, da modernização industrial, e da elevação social da população". De facto, contar a sua provedoria é contar a história da Misericórdia, síntese supérflua por evidente: a biografia de Manuel Pais Vieira Júnior é a pedra de roseta que desvenda e decifra o presente da Irmandade. Em cerca de 20 anos, Manuel Pais Vieira Júnior resgata a Misericórdia ao destino do desaparecimento que a subtracção do hospital abria, colocando-a entre as eméritas suas congéneres pelo destaque assumido entretanto na Acção Social. A União das Misericórdias Portuguesas reconhece-o, condecorando-o com a medalha de Mérito e Dedicção. A autarquia atribui-lhe a medalha de Mérito Municipal em Ouro e denomina uma rua sob o seu nome. Os Irmãos da Misericórdia homenageiam-no em 7 de Dezembro de 1999, descerrando o seu retrato a óleo na galeria dos Provedores, e sufixando a Casa de Repouso como "Manuel Pais Vieira Júnior". O "velho provedor" retribui ainda, coligindo, escrevendo e publicando, a expensas próprias, os dois volumes de "Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira", obra da sua autoria e que cobre a história da instituição entre 1921 e 1998. Para que a memória não falte! Sendo a Misericórdia produto da comunhão de vontades de muitos (bem-haja!) homens bons, e não o esforço voluntarista e iluminado de um só homem, também é certo que o líder assinalou o horizonte do destino e o ritmo do seu encaicho!

Vitor Gonçalves

MHCDESIGN



ecomobile

Aluguer de automóveis de passageiros e de mercadorias

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Rua Terras Sta. Maria, n.º 1293 | 3700-396 Arrifana
Tel.: (+351) 256 818 155 | Fax: (+351) 220 938 477

SANTA MARIA DA FEIRA

Rua Antero de Andrade e Silva, n.º 81 | 4520-290 Feira
Tels.: (+351) 256 100 261/2 | Fax: (+351) 220 163 671

ESPINHO

Rua 19, n.º 1474 | 4500-251 Espinho
Tel.: (+351) 220 995 945 | Fax: (+351) 220 938 477

Telms.: (+351) 918 218 410 | (+351) 919 386 214 | (+351) 916 514 777 | (+351) 915 062 600

Emails: geral@ecomobile.pt | feira@ecomobile.pt | espinho@ecomobile.pt

Aluguer de Automóveis

www.ecomobile.pt